



Anais da Assembléia

Nº 128

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 03 DE SETEMBRO DE 1992

ANO XVIII

MESA DIRETORA

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

ALGACI TÚLIO

1º Vice-Presidente - PDT

HEINZ GEORG HERWIG

2º Vice-Presidente - PSDB

JOÃO BATISTA DE ARRUDA

1º Secretário - PFL

ADEMAR LUIZ TRAIANO

2º Secretário - PTB

DALTON MACHUCA

3º Secretário - PL

LOURENÇO FREGONESE

4º Secretário - PRN

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado ORLANDO PESSUTI
 PRN Deputado NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS
 PFL Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
 PDT Deputado PAULO MAIA
 PTB Deputado ERONDY SILVÉRIO
 PSDB Deputado ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI
 PT Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
 PL Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
 PST Deputado GERALDO CARTÁRIO

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12 Arlindo Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kieise Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - **Suplentes:** Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Nelvo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; **PRN - 04** Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 08** Antônio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - **Suplentes PFL e PRN:** Júlio Bufon - José da Silva Reis - Voldimir Mirão Mais-trovicz; **PDT - 06** César Augusto Carollo Silvestri - Emília de Salles Belinati - Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Algaci Ormário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Maia de Oliveira - **Suplentes:** Namir A. Placentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Vilela; **PTB - 06** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; **PSDB - 04** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - **Suplentes:** Tadeu Lúcio Machado - José Boiko - Paulino José Delazeri; **PT - 03** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell (Licenciado) - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - • Lygia Lumina Pupatto - **Suplentes:** Perides de H. Mello; **PL - 03** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha. **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo. - (•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 084ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 03 DE SETEMBRO DE 1992
(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Aníbal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Lourenço Fregonese, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Cleiton Kielse, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Edson Silva Lino, Emilia Belinati, Erondy Silvério, Eurides Moura, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Alves, Lygia Pupatto, Luiz Carlos Alborghetti, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Orlando Pessuti, Oswaldo Trevisan, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur e Toti Colaço (32). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Ademar Traiano, Dalton Machuca, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Djalma de Almeida César, Duílio Genari, Élio Rusch, Geraldo Cartário, José Arthur Ritti, José Tavares, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Nelson Garcia, Nilton Barbosa, Ovídio Constantino, Rosso ni e Severino Félix (20). Achando-se em licença os Senhores Deputados Albino Corazza e Rafael Greca de Macedo (02).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da Sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida.
Aprovada.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requeiro verificação de votação da Ata.

O SR. EURIDES MOURA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - A Mesa

deferir e irá proceder a chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados).

Vinte e oito Deputados responderam a chamada.

Em votação a Ata. **Aprovada.**

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE

Mensagens:

MENSAGEM Nº 65/92

Curitiba, 02 de setembro de 1992.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 859.000.000,00 (oitocentos e cinquenta e nove milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Chefia do Poder Executivo, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, visando atender despesas de custeio.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação do próprio órgão.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 859.000.000,00 (oitocentos e cinquenta e nove milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Chefia do Poder Executivo, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, conforme Anexo I desta Lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação do próprio órgão, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTACAO		A N E X O I		FL. 01		CRS 1.000,00	
ANEXO							
CODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	DA	IL	VALOR	IN DO	
I	I	I	IFT	I		IPROCI	
I	I	IDESPESA	I	IRI		ICOF	I
0900	ICHEFIA DO PODER EXECUTIVO	I	I	I I		I	
0905	ICASA MILITAR	I	I	I I		I	
2761	IASSESSORAMENTO MILITAR AO GOVERNADOR	I	I	I I		I	
2762	IADMINISTRACAO DOS SERVICOS DE TRANSPORTE - CASA MILITAR	I	3132.00	I00ILI	72.000	I0222	
		I	I	I I		I	
		I	3120.00	I00ILI	457.000	I0222	
		I	3132.00	I00ILI	330.000	I0222	
		T O T A L		I	859.000	I	

CANCELAMENTO		A N E X O I I		FL. 01		CRS 1.000,00	
ANEXO							
CODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	DA	IL	VALOR	IN DO	
I	I	I	IFT	I		IPROCI	
I	I	IDESPESA	I	IRI		ICOF	I
0900	ICHEFIA DO PODER EXECUTIVO	I	I	I I		I	
0901	IGABINETE DO SECRETARIO - CASA CIVIL	I	I	I I		I	
2758	IAPOIO A ACOES DE NATUREZA SOCIAL E CULTURAL	I	I	I I		I	
		I	3223.02	I00ILI	859 000	I022	
		T O T A L		I	859 000	I	

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 66/92

Curitiba, 02 de setembro de 1992.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 40.000.000.000,00 (quarenta bilhões de cruzeiros), ao vigente orçamento próprio da Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, visando atender a programação de construção, reconstrução, ampliação, melhorias, reparos e adaptações de prédios escolares, pagamento do PASEP, aquisição de veículos e manutenção da Entidade.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes do excesso de arrecadação em recursos próprios da Entidade.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto

apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 40.000.000.000,00 (quarenta bilhões de cruzeiros), ao vigente orçamento próprio da Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, conforme Anexo I desta Lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente do excesso de arrecadação em recursos próprios da Entidade.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTACAO

A N E X O I

FL. 01

ANEXO

CRS 1.000,00

ESPECIFICACAO		INATUREZA	DA	IFTIDI	IRI	VALOR	IN.DOI	IFPROCI	ICOP I
		I	DA	I	IRI				
		I	DA	I	IRI				
		I	DA	I	IRI				
3-00	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO	I		I	I			I	I
	I- ENTIDADES VINCULADAS	I		I	I			I	I
	I	I		I	I			I	I
34-0	FUNDACAO EDUCACIONAL DO ESTADO	DOI		I	I			I	I
	IPARANA - FUNDEPAR	I		I	I			I	I
34-02	EXPANSAO, MELHORIA E MANUTENCAO	I		I	I			I	I
	IDA REDE FISICA ESCOLAR	I	4130.00	I	40ILI	36.200.000		I	4197I
37-0	ADMINISTRACAO DA FUNDEPAR	I	3120.00	I	40ILI	100.000		I	4197I
	I	I	3132.00	I	40ILI	800.000		I	4197I
	I	I	3280.00	I	40ILI	2.000.000		I	4197I
	I	I	4120.00	I	40ILI	900.000		I	4197I
T O T A L		I				40.000.000		I	

A Diretoria Legislativa.

Ofícios:

Sob o n° ATG 0528/92, do Sr. Governador do Estado, comunicando que estará em viagem à Província de Córdoba, Argentina, no período de 8 a 11 de setembro, a fim de tratar de assuntos de interesse do Estado do Paraná, relacionados ao I Encontro de Governos Estaduais no âmbito do MERCOSUL, juntamente com a VIII Feira Internacional de Córdoba e IV Foro Latino-Americano de Empresários. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o n° 96/92, do Sr. Desembargador Luiz Renato Pedrosa - Presidente do Tribunal de Justiça, encaminhando Anteprojeto de Lei que tem por objetivo fixar o vencimento básico mensal do cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça, a partir de 1° de setembro de 1992. **Ao Conhecimento da Casa.**

OFÍCIO N° 241/92

Senhor Presidente.

Tomo a liberdade de dirigir-me a V.Exa. para apresentar justificativa à minha ausência aos trabalhos parlamentares em Plenário nos dias 10, 13, 17 e 20 do mês de agosto próximo passado, - tendo em vista compromissos agendados em atendimento aos municípios do Noroeste do Estado.

Certo de poder contar com a colaboração de V.Exa., subscrevo-me.

Sala das Sessões, em 03.09.92.

(a) ARLINDO TROIAN

OFÍCIO N° 451/92

Senhor Presidente.

Com a carregada agenda de compromissos assumidos na Região Noroeste do Estado, e impossibilitado assim de participar dos trabalhos legislativos em Plenário neste dia 03 de setembro, tomo a liberdade de dirigir-me a V.Exa. para apresentar minha justificativa à ausência.

Na certeza de poder contar com a compreensão de V.Exa., antecipo sinceros agradecimentos.

Sala das Sessões, em 03.09.92.

(a) MÁRIO BEZERRA

OFÍCIO N° SPB.1383/92

Senhor Presidente.

Venho através do presente, justificar a minha ausência na Sessão Ordinária do dia 03.09.92, por compromissos inadiáveis em minha região.

Sem mais, renovo meus protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 03.09.92.

(a) ROSSONI

Requerimento:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, consignação na Ata dos trabalhos desta data, "Voto de Pesar" pelo falecimento do Senhor SINDARTHA CASAGRANDE.

Requer, outrossim, que do presente seja dada ciência à família do extinto, no seguinte endereço: Rua Saldanha Maranhão, 490, ap. 51 - Centro - Curitiba - Pr.

Sala das Sessões, em 03.09.92.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O Senhor Sindarta Casagrande, nascido no ano de 1921, era casado com D. Clóris C.P. Casagrande, deixa a filha Andréa Casagrande.

Pessoa de vasto relacionamento e gozando de grande amizade e prestígio, Juiz de Direito substituto de diversos Municípios do Paraná, até vir exercer atividade na Capital e aposentar-se como Juiz de Direito da Comarca de Entrância Especial de Curitiba.

Sidarta Casagrande, deixa uma grande lacuna na Magistratura Paranaense devido seus relevantes serviços prestados.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N° 243/92

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Erceana Campolarguense, com sede e foro no Município de Colombo.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.09.92.

(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

A Associação Erceana Campolarguense vem desenvolvendo um trabalho muito especial junto às pessoas excepcionais da região de Campo Largo, tendo como finalidade proporcionar recursos financeiros à educação, assistência médica e odontológica às pessoas portadoras de necessidades especiais, promovendo a manutenção da Escola de Integração e Recuperação da Criança Excepcional - E.R.C.E., sendo seus serviços inteiramente gratuitos e de caráter filantrópico.

As dificuldades desta entidade são grandes, pois atender adequadamente crianças excepcionais exige pessoal especializado, para que o desenvolvimento desejado seja alcançado.

Assim, consideramos a Associação Erceana Campolarguense em condições de merecer tratamento especial e ser declarado de Utilidade Pública Estadual, para obter recursos junto aos órgãos competentes.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 32 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício n° 241/92, subscrito pelo Senhor Deputado Arlindo Troian, constante do expediente, solicitando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 10, 13, 17 e 20 próximo passado, em função de compromissos na Região do Noroeste do Estado. A Diretoria Legislativa, para as providências cabíveis.

Ofício n° 451/92, subscrito pelo Senhor Deputado Mário Bezerra, constante do expediente, solicitando justificativa de

ausência na Sessão Plenária do dia 03 do corrente mês, em virtude de compromissos na Região Noroeste do Estado. A Diretoria Legislativa, para as providências cabíveis. Ofício n° SPB 1383/92, subscrito pelo Senhor Deputado Rossoni, constante do expediente, solicitando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 03 do corrente mês, em função de compromissos em sua Região. A Diretoria Legislativa, para as providências cabíveis.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Carlos Simões, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 501/91, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese, que introduz a disciplina Direitos de Cidadania como obrigatória nos currículos de Ensino de 1° e 2° graus, das Escolas Públicas do Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E.C.E. (Publ. no DA. n° 146, de 06.11.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 501/91

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Lourenço Fregonese, o presente Plano de Lei tem por objetivo a introdução da disciplina de Direitos de Cidadania como obrigatória nos currículos de Ensino de 1° e 2° graus, das Escolas Públicas do Estado do Paraná.

Mesmo levando-se em consideração o pronunciamento desfavorável do Senhor Secretário da Educação, esta Comissão em análise à referida proposta não encontrou motivos que obstem a sua tramitação normal pelos órgãos desta Casa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.08.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO

Presidente

NELSON JUSTUS

Relator.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

PROJETO DE LEI N° 501/91

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Lourenço Fregonese, chega a esta Comissão o Projeto de Lei em epígrafe, que objetiva introduzir a disciplina de Direitos de Cidadania como obrigatória nos currículos de Ensino de 1° e 2° graus, das Escolas Públicas do Estado do Paraná.

O Projeto está elaborado em conformidade com as disposições regimentais desta

Casa de Leis estando devidamente justificado.

Assim, por não apresentar nenhum impedimento de ordem regimental e constitucional, manifesto-me favoravelmente pela tramitação normal do presente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.08.92.

(aa) ALCEU SWAROWSKI

Presidente

ALBINO CORRAZA

Relator

Aprovado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Eu requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Há requerimento do nobre Deputado Pessuti e vai se proceder a Verificação de Votação.

(Pausa).

Nove Senhores Deputados aprovam.

Os Senhores Deputados que rejeitam queiram levantar-se. **(Pausa).**

Oito rejeitam.

Não há quórum para votação. Transfiro.

Encerrada a discussão.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 196/92, de autoria do Deputado Renato Adur, que declara de Utilidade Pública, o Movimento Familiar a Voz do Silêncio, desta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Encerrada a discussão. (Publ. no DA. nº 95, de 25.06.92).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 196/92

PARECER:

Chega a esta Comissão o Projeto de Lei em epígrafe, que objetiva declarar de Utilidade Pública o Movimento Familiar a Voz do Silêncio nesta Capital.

Através de parecer anterior, datado de 30 de junho passado, solicitamos que fosse providenciado o relatório de atividades desenvolvidas no último ano pela entidade a ser beneficiada com a declaração.

Tendo sido atendida a solicitação, nada há que obste a referida declaração de utilidade pública.

Desta forma, opinamos favoravelmente a aprovação do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01.09.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO

Presidente

COSTENARO NETO

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 204/92, de autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza a criação de uma Delegacia de Polícia Feminina no Município de

União da Vitória. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.P..

Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI Nº 204/92

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a instalação de uma Delegacia de Polícia Feminina no Município de União da Vitória - PR.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.08.92

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

É certo que o aumento da população de um município, é um dos resultados do progresso alcançado por ele, e que este progresso, indubitavelmente, teve como grandes colaboradores, principalmente na década passada, e nesta que se segue, a população feminina. As tão amadas "Donas do Lar", são hoje, também, muito valorizadas no mercado de trabalho, lutando, quase sempre, de "igual para igual" com os homens. Como nada é perfeito, sempre nos deparamos com o "quase", e neste caso se configura com a discriminação que a mulher ainda sofre dentro e fora do lar. Deste modo, vem a Delegacia da Mulher com o intuito de promover mais efetivamente a defesa daquelas que sofrem diariamente os "abusos" e a discriminação de uma sociedade extremamente machista. Garantia de Segurança é direito do povo e um dever do Estado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 204/92

PARECER:

Chega a esta Comissão o Projeto de Lei nº 204/92, de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Delegacia de Polícia Feminina no Município de União da Vitória - Pr.

O Projeto está elaborado em conformidade com as disposições contidas no Regimento Interno desta Casa, estando devidamente justificado.

De cunho autorizatório, tendo em vista o elevado valor social do conteúdo do projeto, esta Comissão manifesta-se favoravelmente à tramitação do mesmo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.08.92

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

HERMAS BRANDÃO - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA

PROJETO DE LEI N° 204/92

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 204/92, de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia de Polícia Feminina no Município de União da Vitória, Estado do Paraná.

A matéria já mereceu por parte da douta Comissão de Constituição e Justiça ampla análise, resultando tal exame em pronunciamento favorável.

Por outro lado, esta Comissão de Segurança, analisando o presente Plano de lei, nada encontrou tanto de ordem legal, regimental, constitucional ou financeira, que pudesse apor obstáculos a normal tramitação da presente matéria.

Tais fatos nos levam a emitir o nosso parecer favorável, nos permitindo ainda opinar pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 26.08.92

(aa) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Presidente
MÁRIO BEZERRA - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 207/92, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que declara de Utilidade Pública o Coritiba Futebol Clube, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da CCJ. (Publ. no D.A. n° 105, de 03.08.92). Encerrada a discussão).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 207/92

AUTOR: DEPUTADO ERONDY SILVÉRIO

P A R E C E R:

I. O ilustre Parlamentar propõe Projeto de lei, que visa declarar de Utilidade Pública o Coritiba Futebol Clube, com sede e foro no Município de Curitiba.

II. Analisada a matéria em seu aspecto legal, a encontramos em conformidade com a Lei n° 6.994 de 10 de janeiro de 1978, que dispõe sobre as normas para a declaração de Utilidade Pública.

III. Assim sendo, esta Relatora não encontra óbice constitucional, legal ou regimental para o trâmite normal do presente Projeto nesta Casa de Leis.

Parecer favorável pela aprovação.

Sala das Comissões, em 01.09.92

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
EMÍLIA BELINATI - Relatora

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 216/92, de autoria do Deputado Toti Colaço, que declara de Utilidade Pública a Associação de Caridade São Vicente de Paula, com sede no Município de Rebouças. Com PARECER FAVORÁVEL da CCJ. (Publ. no D.A. n° 15, de 13.08.92). Encerrada a discussão.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 216/92

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Toti Colaço, o Projeto de Lei n° 216 que declara de Utilidade Pública a Associação de Caridade "São Vicente de Paula", com sede no Município de Rebouças, atende plenamente as exigências contidas na Lei n° 6.994/78 "Normas para Declaração de Utilidade Pública".

Analisando o Projeto de lei em pauta, entendemos justo e oportuno conceder o título de Utilidade Pública a referida entidade que tem por finalidade o desenvolvimento de ações sociais, no atendimento aos mais carentes com assistência médica, dentária, profissional, alimentar, educativa, cultural e recreativa, sendo mantenedora das casas da Vila Vicentina e de seus moradores.

Nestas condições, visto que o Projeto de Lei em pauta atende a todas as normas para sua tramitação, esta douta Comissão de Constituição e Justiça dá o seu parecer favorável a aprovação do presente Plano de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.08.92

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
ARLINDO TROIAN - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 221/92, de autoria do Deputado Basílio Zanusso, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Alto Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. (Publ. no D.A. n° 116 de 17.08.92). Encerrada a discussão.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 221/92

P A R E C E R

O presente Projeto de lei, de autoria do ilustre Deputado Basílio Zanusso, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Alto Paraná, com sede e foro na Cidade de Alto Paraná, Estado do Paraná.

Devidamente analisado, constatamos que o referido Projeto de Lei não fere os dispositivos regimentais desta Casa de Leis, estando devidamente justificado.

Constatamos ainda que, a entidade acima mencionada encontra-se de acordo com os ditames da Lei n° 6.994 de 10 de janeiro de 1978, que dita as normas para Declaração de Utilidade Pública.

Assim sendo, nada encontrou esta Comissão que possa impedir sua normal tramitação, opinando favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01.09.92
(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
NILTON BARBOSA - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 222/92, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a Associação Goju-Ryu de Karatê do Paraná, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da CCJ. (Publ. no D.A. nº 117 de 18.08.92). Encerrada a discussão.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 222/92

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Anibal Khury, chega a esta Comissão o Projeto de lei em epígrafe, que objetiva declarar de Utilidade Pública a "Associação Goju-Ryu de Karatê do Paraná" que é uma entidade civil, sem fins lucrativos, com a finalidade de difundir a prática dos desportos amadores e olímpicos entre seus associados.

Esta Comissão de Constituição e Justiça não encontrou qualquer óbice de caráter legal, regimental ou constitucional que pudesse opor a normal tramitação do Projeto por esta Casa de Leis, emitindo assim seu parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01.09.92
(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
OSWALDO TREVISAN - Relator

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, apenas para prestar um esclarecimento ao Deputado Fregonese e aos demais aqui presentes, dado que em função da agilidade com que a Sessão está transcorrendo hoje, no momento em que foi colocado em votação não pudemos encaminhar contrariamente a votação desse projeto.

Sabe o Deputado Fregonese e os demais que participaram de reunião nesta Casa de Leis que o Senhor Secretário de Educação alegou naquele momento a impossibilidade de implantar nos currículos escolares a disciplina de Direitos da Cidadania, por uma série de razões de caráter administrativo, de caráter até de pessoal disponível para manifestar essa disciplina.

Então, tendo em vista isto é que nós entendemos que esse projeto, enquanto não devidamente avaliado junto com a Secretaria de Educação e em se tratando de um assunto que interfere na grade curricular, das escolas de 1º e 2º graus, nós teríamos que aprofundar na discussão do parecer da Secretaria de Educação, que já se manifestou contrariamente, nesta oportunidade, à implantação do projeto, além do que teríamos que ter a audiência do Conselho Es-

tadual de Educação.

Então, por essa razão, como não tivemos tempo de preparar um requerimento para retirada da Ordem do Dia, foi que nós, nesta ocasião, votamos contra o projeto. Nós gostaríamos de vê-lo retirado da Ordem do Dia numa outra oportunidade e podermos discutir com mais profundidade, ouvindo a Secretaria de Educação, o Conselho Estadual de Educação, já que o assunto interfere na grade curricular e aí sim, tem que se ouvir o Conselho de Educação e a Secretaria.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os requerimentos que se encontram sobre a mesa, dependem de quórum.

Sobre a mesa, requerimento nº 1388, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, comunicando os Senhores Deputados que os dias 09 e 10 do corrente mês, será destinado ao Trabalho das Comissões.

Marca ainda, uma Sessão Ordinária para dia 14, segunda-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO:

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 501/91 e 196, 204, 207, 216, 221, 222/92.

Levanta-se a sessão.

Atos da Diretoria Geral:

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ,

R E S O L V E:

PORTARIA Nº 086/92

conceder, a LUÍS FERNANDO AMARANTE, funcionário contratado deste Poder Legislativo, quinze (15) dias, de licença para tratamento de saúde, a partir de 15 de julho do corrente ano.

(Prot. nº 5804)

PORTARIA Nº 087/92

conceder, a IZABEL LEME PERIM, funcionária contratada deste Poder Legislativo, 10 (dez) dias de licença, para tratamento de saúde, a partir de 03 de agosto de 1992.

(Prot. nº 6182)

PORTARIA Nº 088/92

mandar contar, para efeito de aposentadoria, em favor de MOYSES ABDALA MAGALHÃES, matrícula nº 316, ocupante do cargo de Consultor Técnico "A" - NU-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Artigo 35, parágrafo 5º, da Constituição Estadual, o tempo de um (01) ano, onze (11) meses e vinte e oito (28)

dias, período compreendido entre 10 de abril de 1978 e 07 de abril de 1980, em que prestou serviços em empresa privada.
(Prot. nº 4556)
GABINETE DA DIRETORIA GERAL, em 17.08.92

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral